

MEDIOEVO Y LITERATURA

Actas del V Congreso de la Asociación
Hispánica de Literatura Medieval

(Granada, 27 septiembre - 1 octubre 1993)

Volumen IV

Edición de Juan Paredes

GRANADA
1995

© ANÓNIMAS Y COLECTIVAS.

© UNIVERSIDAD DE GRANADA.

MEDIOEVO Y LITERATURA.

ISBN: 84-338-2023-0. (Obra completa).

ISBN: 84-338-2024-9. (Tomo I).

ISBN: 84-338-2025-7. (Tomo II).

ISBN: 84-338-2026-5. (Tomo III).

ISBN: 84-338-2027-3. (Tomo IV).

Depósito legal: GR/232-1995.

Edita e imprime: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Granada. Campus Universitario de Cartuja. Granada.

Printed in Spain

Impreso en España

O eco de Dom Denis na literatura posterior

Na noite escreve um seu Cantar de Amigo
 O plantador de naus a haver,
 E houve um silêncio múrmuro consigo:
 É o rumor dos pinhais que, como um trigo
 De Império, ondulam sem se poder ver
 (F. Pessoa, *Mensagem*)

Os conhecidos versos de Fernando Pessoa que evocam a figura de D. Denis como trovador (“Na noite escreve um seu *Cantar de Amigo*”) e como rei (*O plantador de naus a haver*), sob ambas as facetas semeador afortunadíssimo de Impérios oceânicos e literários, símbolo iniciático da literatura e da expansão portuguesas, arvoraram-se em lugar comum sobre o monarca na cultura literária contemporânea; precisar até que ponto, como representante do trovadorismo, D. Denis¹ é ou não uma criação pessoana constitui a razão básica desta pesquisa que procurou ser, na exploração dos textos, significativa, mas de nenhuma maneira exaustiva.

Na perspectiva da crítica, D. Denis (1247-1325) é, indubitavelmente, um dos nossos poetas medievais mais precocemente estudados; um dos primeiros a ser objecto de uma monografia, para a altura modélica, da lavra do professor Henry R. Lang, em 1894², de um estudo da sua língua por parte de Armin Gassner em 1907-1908³, assim como da atenção de filólogos da craveira de José Leite de Vasconcelos ou de Oskar Nobiling, nos primeiros anos do séc. XX⁴, entre outros.

1. D. Denis ou D. Dinis, a primeira forma preferida dos medievais (a única atestada pelos Cancioneiros), a segunda dos modernos. Sá da Miranda, por exemplo, estampa “Denis”/“Dinis”; em contrapartida, António Ferreira e Luís de Camões preferem “Dinis”. Contudo, já nas Cantigas de Santa Maria, o sintagma *San Denis* alterna com o de *San Dinis* em proporções similares (*cfr.* na edição de W. METTMANN –Acta Universitatis Conimbrigensis, Coimbra 1959-1972– vol. IV, Glossário, s. v.). C. MICHAËLIS considera *Denis* “forma popular” e *Dinis* “forma literária” (apud J. Leite de VASCONCELOS, *Opúsculos*, III –Onomatologia–, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931, pp. 94-95).

2. *Das Liederbuch des Königs Denis von Portugal*. Max Niemeyer, Halle A. S. 1894. (Primeiramente dado a lume em 1892 sem introdução nem glossário). Uns 50 anos antes, porém, já C. Lopes de MOURA publicara (Aillaud, Paris 1847) um prematuro *Cancioneiro d’El-Rei D. Diniz* sobre o recém descoberto, na altura, códice vaticano 4803 (V).

3. GASSNER, A.: “Die Sprache des Königs Denis von Portugal”, *Romanische Forschungen*, 20, 1907, pp. 560-599; 22, 1908, pp. 399-425.

4. *Cfr.*, v. gr., as indicações bibliográficas de S. PELLEGRINI nos *Studi su trove e trovatori della prima lirica ispano-portoghese*, Bari, Adriatica Editrice, s.a. (2ª ed.), pp. 179 e ss. Especial menção, é claro, para D. Carolina MICHAËLIS, *semper magistra* de estudos trovadorescos.

Está na óptica permanente dos antologistas e dos estudiosos do lirismo galego-português⁵. E, há bem pouco, foi favorecido com a descoberta de um pergaminho –o fragmento Sharrer– com sete cantigas de amor suas que, se não parece acarretar novidades textuais⁶, sim as oferece de tipo musical, o que situa a poesia do monarca, na perspectiva ecdótica, ao nível da de Martim Codax e, em certa maneira, da do seu avô Afonso X, o Sábio. A tradição manuscrita tinha de ser benévola com os cantares do rei-poeta, impulsor do outro grande centro peninsular de cultura trovadoresca, sem esquecer a prosa, sobretudo histórica, numa linha de digna continuidade do labor afonsino.

Tudo isto com independência da opinião avaliadora dos seus críticos. Com independência da inescusável confrontação com o seu avô, Afonso o Sábio, proposta em termos negativos para D. Denis por Sílvio Pellegrini⁷. Retemos, contudo, por nos parecer de total pertinência, o seguinte juízo de Celso Cunha: “Pelo novo alento que deu às letras hispânicas numa época de decadência, pela importância da sua própria obra poética, o nome de D. Dinis deve ocupar lugar privilegiado na literatura medieval portuguesa”⁸.

1. A PERSPECTIVA DOS MEDIEVAIS

A rigor, desconhecemos a opinião dos poetas contemporâneos a respeito da produção dionisina, como a ignoramos da quase totalidade dos autores

5. O vulto da obra dionisina, quantitativa e qualitativamente, torna impossível uma hipotética exclusão do âmbito antologizador. Para além disto, é dos poucos trovadores a dispor de publicação independente, a nível divulgador, v. gr. J.J. NUNES, *Cancioneiro de D. Denis*. Coimbra 1930; Á.J. da Costa PIMPÃO, *Cantigas d'el-rei D. Dinis*. Prefácio, selecção, notas e glossário de -. Lisboa, 1942; ou Natália CORREIA, *Trovas de D. Dinis*. Alfragide, Galeria Panorama, 1970.

Quanto a estudos, só na última década frisamos: PINTO, A. Cortez, *Diónisos - Poeta e Rey*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1982, no plano da divulgação histórico-cultural; DEYERMON, A., “The Love Poetry of King Dinis”, in: *Florilegium Hispanicum*. Medieval and Golden Age Studies Presented to Dorothy Clotelle Clarke, Madison, Editor John S. Geary, 1983, pp. 119-130; GONÇALVES, E., *Poesia de rei: três notas dionisinas*. Ed. Cosmos, Lisboa 1991.

6. Segundo o seu descobridor, H.L. SHARRER, “Fragmentos de Sete *Cantigas d'Amor* de D. Dinis, Musicadas - uma Descoberta”, in: *Actas do IV Congresso da Associação Hispânica de Literatura Medieval*, Lisboa, Edições Cosmos, 1991, Vol. I, pp. 13-29, “o arquétipo de V e de B, pelo menos para as sete cantigas em discussão, andava muito perto da leitura que encontramos no pergaminho da Torre do Tombo” (p. 18). No mesmo volume uma abordagem paleográfica de A.J. R. GUERRA (pp. 31-34) e outra musical por parte de M.P. FERREIRA (pp. 35-40). *Cfr.* assim mesmo GONÇALVES, E., “Tradição Manuscrita e Isometria”, in: *op. cit.*, pp. 19-34.

7. *Cfr.* “Don Denis” (*Op. cit.* em nota 3, pp. 161-183, concretamente p. 169 e ss.). Em troca, C. MICHÆLIS (*Cancioneiro da Ajuda*. Edição crítica e comentada por -. Max Niemeyer, Halle 1904. Utilizamos a reprodução anastática de Bottega d'Erasmus, Torino, 1966, 2 vols.) considera-o “de categoria tão elevada como Alfonso X” (vol. II, p. 75)

8. In *Dicionário de Literatura*. Literatura Portuguesa, Literatura Brasileira, Literatura Galega, Estilística Literária. Dir. de J. do Prado COELHO, Figueirinhas, Porto, 1976, 3ª ed., s. v. *Dinis, Dom*.

trovadorescos. Para além do auto-elogio jogralesco, apenas o subgénero das tenções oferece por vezes elementos deste teor, mas o cancionero de D. Denis não as insere⁹. É verdade que, noutro subgénero propício, o pranto, Joam, “jogar morador em Leom” visa à figura do rei (CV 708), mas parece evocar mais a ausência do bom senhor, protector de poetas, do que lamentar a do “*d’amor trobador*” (v. 27), única e nua alusão ao quefazer poético do soberano, mau grado a obrigada hiperbolização das qualidades do falecido inerente ao género. Contudo, e fora do âmbito do lirismo galego-português, D. Denis é citado como poeta pelo Marquês de Santillana, no seu famoso *Prohemio e Carta*, em meados do século XV, o qual aponta a autoria do rei na maior parte das composições de um cancionero que vira, sendo menino, na casa de sua avó D. Mencía de Cisneros, as quais “aquellos que las leýan, loaua[n] de inuenciones sotiles e de graçiosas e dulçes palabras”¹⁰, qualificativos no entanto postos na boca de outrem (“aquellos que las leýan”) e não na própria, decerto por não ter pessoalmente degustado a produção do Monarca¹¹.

Outro caminho explorado, óbvio perante a dimensão régia do poeta Denis, foi o da cronística. E a primeira obra que se nos impõe é, naturalmente, a *Crónica Geral de Espanha de 1344*, por ser da autoria do seu filho D. Pedro, Conde de Barcelos, conforme tem mostrado com poderosas razões Luís F. Lindley Cintra, responsável da edição crítica do texto¹². Nesta *Crónica Geral*, o reinado de D. Denis abrange os capítulos DCCXIX a DCCXXV, no vol. IV da citada edição crítica. À crónica deste rei são dedicados, pois, sete capítulos, sendo a maior após

9. Contudo o cancionero do Rei Sábio, que, esse sim, conhece a tenção, também não oferece elementos deste tipo.

10. Cfr. *El Prohemio e Carta del Marqués de Santillana y la Teoría Literaria del Siglo XV*. Edición crítica, estudio y notas de A. GÓMEZ MORENO, Barcelona, PPU, 1990, p. 60.

11. BRAGA, T., (*Cancioneiro Portuguez da Vaticana*. Edição crítica. Lisboa, Imprensa Nacional, 1878, pp. LXXXII-LXXXIII), que considera a *Carta* “escrita antes de 1449”, a respeito da qualidade da obra dionisina emitida por Santillana, aponta: “Esta afirmação, sabendo-se que o Marquez escreve sobre uma recordação da sua infância, não podia resultar se não dos gabos ouvidos a Pero Gonzales de Mendoza, poeta do Cancioneiro de Baena, gabos que fizeram com que o livro se conservasse em casa de D. Mecia de Cisneros (...). N’esta mesma Carta ao Condestavel de Portugal, allude o Marquez aos talentos poéticos de seu avô e cita várias das suas composições”. Desta maneira, o receptor e usufruidor da poesia de D. Denis seria, entre outros, o também poeta D. Pero Gonçalez de Mendonça, poeta em castelhano e em galego-português (duas cantigas nesta língua, segundo a colectânea de H. LANG, *Cancioneiro Gallego-Castelhano*. New York - London, 1902, pp. 3-4).

12. *Crónica Geral de Espanha de 1344. Edição crítica do texto português* –Lisboa, Imprensa Nacional–Casa da Moeda, vols. I, 1951, II, 1954, III, 1961, IV, 1990, pp. 243-259. Em palavras de Diego Catalán e María Soledad de Andrés: “La hipótesis, avanzada por Cintra, de que el autor de la primera redacción de la *Crónica* fue el conde don Pedro de Barcelos puede hoy considerarse como plenamente probada” (*Crónica de 1344*. Edición crítica del texto español de la Crónica de 1344 que ordenó el Conde de Barcelos don Pedro Alfonso –Madrid, Seminario Menéndez Pidal– Editorial Gredos, 1971, p. XXI).

a de D. Afonso Henriques¹³ –o que constitui, aliás, outra prova não apontada da autoria do Conde–, com uma intensidade máxima no panegírico que abre o seu reinado:

“Depois da morte del rey dō Affonso que foi conde de Bolonha, regnou seu filho, o iffante dō Denis. E este foy o melhor rey e mais justicoso nen mais honrado que ouve em Portugal des o tempo del rey dō Affonso, o primeiro, ataa o seu tempo e os seus feitos vos contaremos adeante. E este rey foy o mais direito en justiça têperada cō piedade que ouve ã Espanha. E este foy muy booo cristãoo e fez muyto ben aas ordêes e acrecentou aos filhos d’algo nas cõtias e terras que delle tinham. E este ouve muytos mais vassallos que os outros reys que ante elle foram”¹⁴.

Pois bem, apesar da razoável extensão da crónica e da intensão do louvor que a inicia, nem uma só menção, aqui ou algures, ao labor poético do rei! É verdade que só nos chegou, em português, a segunda redacção da obra, de fins do século XIV¹⁵, sendo “com os manuscritos até agora descobertos, (...) impossível chegar á reconstrução do texto de 1344”. Mas há um manuscrito castelhano completo, ou quase (o M), assim como um fragmento também castelhano (o E), dessa primeira redacção, que, porém, não acarretam quaisquer novidades a respeito deste ponto.

Não há referências a D. Denis como trovador, por parte do seu filho, o, também trovador, Conde de Barcelos¹⁶. Nem há referências à poesia, profana ou sacra (o que parece talvez mais surpreendente), de Afonso X, o Sábio, na Crónica deste rei, embora as haja, no entanto, a outras facetas culturais do avô de D. Denis:

“el rey dom Afonso, por saber todallas scripturas, fezeas tornar de latim en linguagem (...). Outrossi mandou tornar en linguagem todalas estorias da Bibria e os livros das artes das naturezas e da astronomya e muitos outros livros de

13. Dedicava dez capítulos à crónica de D. Afonso Henriques, mas um só a cada um dos seus sucessores, com excepção da Crónica (inacabada) do seu meio-irmão D. Afonso IV (†1357) a que dedica, significativamente, dois, e dos citados sete capítulos da crónica paterna.

14. Vol. IV, capítulo DCCXIX, p. 243.

15. Segundo CINTRA (*Op. cit.*, vol. I, p. XVIII); “hacia 1400”, consoante D. CATALÁN e M. S. de ANDRÉS (*Op. cit.*, pp. XV-XVII, XX).

16. Acontece o mesmo no próprio *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (Edição crítica por J. MATTOSO. Lisboa, Publicações do II Centenário da Academia das Ciências, 1980, 2 vols.), no qual o elogio, em harmonia com as dimensões do texto cronístico, é menos extenso, mas também menos intenso: “Reinou seu filho, rei dom Dinis, e foi mui booo rei e de gram justiça e mui booo cristãoo e fez muito por a Santa Egreja” (cfr. vol. II/1, pp. 129-131). Quase toda a informação vai referida às disputas que manteve com o infante D. Afonso, seu filho (futuro Afonso IV), como a querer justificar este último (o Conde de Barcelos escreve entre 1340-1344), pois D. Denis “queria que reinasse Afonso Sanchez seu filho de barregãa” (p. 130).

desvayradas sciências e saberes”¹⁷. No mesmo capítulo em que refere “como fazia cada ano o aniversairio por seu padre”, o rei D. Fernando, nem uma referência ao seu papel como cantor da Virgem. Só se recolhe o seu papel de tradutor, isto é, de divulgador, ao pôr “em linguagem” (romance), os mais variados textos, função utilitária da cultura que aqui se nos espelha que bem pouco lugar poderia deixar à (e)laboração poética. Com efeito, noutro manuscrito (o P), no resumo *post mortem* do rei, repete-se, no essencial, o indicado:

“E foy rey muy sabedor e fez escrepver muytos livros e treladar de latim ã lynguaçẽ. E dizẽ que espiçialmente soube muyto ã estronomya e se deu a ysso cõ grande cuydado e diligẽcia, ã tanto que cõpos dessa ciência algũus livros”¹⁸

No entanto, o monarca reivindica no próprio texto das Cantigas de Santa Maria, se bem em terceira pessoa, a autoria da obra:

“Don Affonso de Castela / (...) / este livro, com’achei, / fez a onrr’ e a loor / / Da Virgen Santa Maria, / que éste Madre de Deus, / en que ele muito fia. / Poren dos miragres seus / Fezo cantares e sões, /saborosos de cantar”,

com certo ar de satisfação, pelo seu serviço, como rei e como poeta, à causa da Virgem:

“Enton el Rei Don Affonso, fillo del Rei Don Fernando, / reinava, que da Reynna dos ceos tãia bando / contra mouros e crischãos maos, e demais trobando / andava dos seus miragres grandes que sabe fazer”¹⁹.

Nem evidentemente se pode supor que a actividade trovadoresca fosse incompatível com a função régia, sendo precisamente Afonso X e D. Denis, entre nós, exemplos do contrário. Assim mesmo, na Crónica Troiana, por exemplo, cujas versões traduzem a ideologia euro-ocidental da época, ainda alimentada pelo amor cortês, salienta-se esta arte. Ao enumerar as “ffeyturas” dos caudilhos gregos, de Ajas Telamom concretamente, junto das qualidades físicas, aponta-se:

17. *Op.cit.*, vol. IV, pp. 507-508. Menor informação ainda na chamada *Tres Crónicas* (de Afonso X, Sancho IV e Fernando IV), *cfr. Crónicas de los Reyes de Castilla*. Biblioteca de Autores Españoles 66. Madrid, Ed. Atlas, 1953, tomo I, capítulo IX, p. 8.

18. *Ibidem*, p. 513. Para outra perspectiva autoral do Rei Sábio, *cfr. F.J. Díez de Revenga*, “Alfonso X y su condición de autor literario: la ‘General Estoria’”, in: *La Lengua y la Literatura en tiempos de Alfonso X*. Actas del Congreso Internacional, Murcia, 5-10 de marzo de 1984. Ed. a cargo de F. Carmona y F. J. Flores. Universidad de Murcia, 1985, pp. 159-167. *Cfr.* também nota 24.

19. As citações correspondem à edição de W. Mettmann (*cit.* em nota 1), vol. I (A, vv. 1, 19-26) e vol. III (345, 11-14), respectivamente. O sublinhado, como nas demais citações, é da nossa responsabilidade.

“Ajas Talamõ ualja moyto, et sabja moy ben cãtar e tãger tódoslos estormentos, et feramente trobaua ben”²⁰

Perdidas ou não as Crónicas de F. Lopes referentes aos primeiros reis de Portugal, “resumidas”, por assim dizer, em todo o caso por Rui de Pina e Duarte Galvão, a quem cabe a responsabilidade última dos textos, é a eles que é preciso acudir na nossa procura. Miguel Lopes Ferreira, que reedita as *Crónicas* de Rui de Pina (de D. Sancho I a D. João II) em 1728, dedicadas ao rei D. João V, na nota ao “Amigo leitor” que precede a Crónica de D. Afonso III qualifica simplesmente D. Denis (à letra “D. Diniz”) de “famoso”²¹. No “Prólogo” ao “amigo leitor” da Crónica do rei-poeta, em que se dá uma suma das virtudes do “Sereníssimo” monarca, não aparece uma só referência à sua qualidade de trovador, nem mesmo à sua acção cultural, destacando-o, pelo contrário, como homem de grande prudência e equilibrado juízo, assim como militar (“Pelo seu conselho foy tão venerado, como temido pela sua espada”) e como afortunado pela esposa que lhe correspondeu em sorte, a rainha Santa Isabel, “sendo tantos os pretendentes daquela Princesa”²².

Só no cap. XIII do texto do cronista-mor de D. Manuel se dá alguma anotação da feição pessoal, por acima do tópico historiográfico: “foy Principe muy prudente, e de muy singular concelho, e na fala Portuguez de seu tempo assaz copioso, e de muita graça, e tratava com grande humanidade ha todos aquelles, que com elle conversavão, e por esso era de todos muy amado especialmente”. Também, agora sim, uma anotação sobre a fundação do primeiro *Estudo* Geral em Portugal²³.

Perante estes testemunhos, ou melhor, perante a ausência de testemunhos respeitantes à actividade poética do monarca, cabe interrogarmo-nos, do ponto de vista da sociologia da literatura, sobre o estatuto da poesia na Idade Média, ou, o que é o mesmo, sobre o papel do escritor numa sociedade tão hierarquizada como a medieval²⁴. Parece longe de qualquer autonomia, dir-se-ia antes numa posição

20. *Crónica Troiana*. Introducción e Texto por R. LORENZO. A Coruña, Fundación Pedro Barrié de la Maza, 1985, cap. 63, p. 269.

21. Literalmente, “o famoso Rey D. Diniz”. *cf.* a edição *Crónicas de Rui de Pina*, na colecção “Tesouros da Literatura e da História”, Porto, Lello & Irmão Ed., 1977, p. 163. Não tivemos o ensejo de consultar outros textos cronísticos medievos, v. gr., a *Crónica dos Sete primeiros Reis de Portugal*, Ed. do P^o Carlos da Silva Tarouca, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1952-1953, 3 vols.

22. *Op. cit.*, p. 217.

23. *Ibidem*, p. 265.

24. *Vid.* uma aproximação, no campo da literatura provençal, de Jean Charles PAYEN: “Les troubadours et la conscience de l’écrivain”, in: *Symposium in honorem prof. M. de Riquer*, Universitat de Barcelona / Quaderns Crema, Barcelona 1984, (I), pp. 289-313.

inteiramente marginalizada, salvo nos círculos palacianos de organização do ócio. Em todo o caso, o papel de criador não é focalizado como de interesse na figura do monarca, pelo menos na perspectiva da ciência historiográfica. O cultivo das letras só parece consignar-se quando alcançava uma dimensão educativa e social evidente, não quando tão só poderia “ornar” a personagem real, embora nas crónicas se situem amiúde muitos outros pormenores que nada dizem para o desenho das grandes personalidades. A poesia não atinge sequer um nível ancilar. A poesia, enfim, “nom é cousa que à história pertensca”, por utilizar uma fórmula habitual para o resumo dos períodos desinteressantes nas crónicas régias.

2. A FOCALIZAÇÃO CLÁSSICA

No dealbar do período renascentista em Portugal, há indícios de uma certa permanência da poesia trovadoresca, tanto no cultivo da lírica tradicional, dita “em medida velha”, simbolizada, entre outras produções, pelo *Cancioneiro Geral*²⁵ de Garcia de Resende (1516), como, numa perspectiva de valor social, no apreço dos próprios manuscritos para presentear personagens principais²⁶. Todavia, o silêncio das fontes da época sobre os nossos trovadores parece total. Apenas o nome de D. Denis, não só como rei, sobrevive a esquecimento tão injustificado. Passemos a analisar os textos literários, e ocasionalmente de outro teor, que lhe digam respeito.

Francisco de Sá de Miranda (1481-1558), na elegia “A morte do Príncipe Dom João”²⁷ alude também, como contraponto, ao nascimento do príncipe D. Sebastião, citando alguns dos seus ascendentes, entre eles D. Denis (sic), sendo os outros Afonso Henriques, “o Rei primeiro”, Afonso IV (filho de D. Denis), D. Pedro e D. João I. Assim dizem as três estrofes referentes a pai e filho:

Denis c’os outros passo, em guerra e em paz
honra das armas, honra dos costumes,
que ao novo sucessor gram lugar faz.

25. C. MICHAËLIS (*Op.cit.*, II, p. 962) aponta que um poeta deste Cancioneiro, Pedro Homem, “parece não ter ignorado o talento lírico do monarca, pois invoca *el rei Dom Denis, da licença d’Aretusa*”.

26. V. gr. o Papa. Lembre-se a embaixada de D. Manuel ao papa Leão X. À frente dela ia Tristão da Cunha, e, entre os seus membros, Garcia de Resende. Entre os presentes manuelinos, talvez os antecessores dos manuscritos trovadorescos B e V, cfr. G. TAVANI, *Poesia del Duecento nella Penisola Iberica*. Roma, Edizioni dell’Ateneo, 1969, pp. 143-144 em nota.

27. In: *Obras Completas*. Texto fixado, notas e prefácio de Rodrigues LAPA. Lisboa, Livraria Sá da Costa Ed., 1977 (3ª ed.), vol. II, pp. 30-31. Esta elegia só aparece, pela primeira vez, na 2ª edição de 1619, sendo em todo o caso obra de maturidade.

E deixando no filho os seus queixumes,
que erros foram porém da mocidade,
no mais, esclarecido e de mil lumes,

Assegurou em Espanha a cristandade,
vencendo os Mouros, vencendo a cobiça
de tam rico despojo, oh! gram bondade.

Na realidade, se olharmos atentamente, o monarca mais elogiado é D. Afonso IV, pelo esforço bélico do Salado que “assegurou ... a cristandade” peninsular (único tipo de guerra, o realizado em defesa da cristandade, tolerado pelos humanistas) e pela sua desconsideração pelo tesouro dos vencidos segundo confirmam as crónicas. O elogio para com D. Denis, muito mais mesurado, incide de novo no prisma bélico e social. Entendemos que esses “queixumes” que deixou no filho e que “erros foram...da mocidade”, referidos, como parece, a D. Denis²⁸, apontarão para os desencontros entre pai e filho por causa dos ciúmes deste, D. Afonso IV, a respeito do bastardo e também trovador D. Afonso Sanches. É com certeza para esta situação, que desembocou em guerra civil, que aponta, algo cripticamente, a segunda referência a D. Dinis em Sá de Miranda. Surge na carta “A el-rei D. Joao”, na qual, acautelando o rei sobre certos cortesãos, exemplifica com D. Denis:

“A um nosso rei excelente,
Dom Dinis, tam acabado,
tam justo, a Deus tam temente,
falsa e maliciosamente
foi grande aleive assacado.

Ele posto em tal perigo,
(rei que reis fez e desfez!)
co’as manhas do falso imigo,
foi-lhe forçado essa vez
à lei chamar-se que digo,

E às vilas e às cidades,
a que cumpriu d’acudir

28. O texto mirandino parece-nos, no entanto, ambíguo. Se o sujeito do v. 4 (“E deixando no filho os seus queixumes”) é “Denis” (v. 1), então também o é, salvo anacoluto, do v. 7 (“Assegurou em Espanha a cristandade”), o que não condiz com os factos históricos. Por sua parte, o próprio D. Afonso IV, o vencedor do Salado, “deixou no filho os seus queixumes”, mas os trágicos amores de D. Pedro com Inês de Castro não podem qualificar-se, nem referidos a D. Afonso nem ao seu filho, de “erros...de mocidade”.

pelas suas lealdades:
tanto sao más as verdades
às vezes de descobrir!²⁹

Note-se que, em todo o caso, nem numa nem noutra das composições existe o menor aceno à prática de escritor de D. Denis. Como não existe noutra alusão ocasional em que qualifica de “lavradores” “aos bons reis Sancho e Dinis”³⁰, alusão enobrecedora no quadro de valores mirandino.

Dentro dos autores da geração de Sá de Miranda, tem grande destaque Bernardim Ribeiro (1482?-1552?), em cuja obra se tem assinalado recentemente, mesmo na *Menina e Moça* (1554), ecos dionisinos³¹, ou, porventura, tão só trovadorescos.

Em contrapartida, entre os discípulos do “doutor Francisco de Sá”, como é denominado no *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende, parece haver poucas referências a D. Denis. Estão ausentes na obra de Diogo Bernardes ou de Pero de Andrade Caminha, embora não falem nos *Poemas Lusitanos* (1598, póstumo) desse “nacionalista ferrenho”, no dizer de Rodrigues Lapa³², que é António Ferreira, o qual constitui a brilhante excepção. Com efeito, o autor da *Castro* dedica um epitáfio “A El-Rei D. Dinis”, para algum crítico o melhor dos dezanove da sua lavra. A oitava diz assim:

Que é este de insígnias diferentes,
Ceptro e picão e livro e espada e arado?

29. *Op. cit.* (em nota 25), p. 42. *Cfr.* também *Poesia de Sá de Miranda*. Organização...de A.M. GARCIA, Lisboa, Ed. Comunicação, 1984, p. 464. Manuel Rodrigues Lapa esclarece de forma mais precisa o referente histórico: “Alusão às lutas que D. Dinis sustentou contra seu irmão D. Afonso, que queria disputar-lhe o trono, e mais tarde às que teve contra o próprio filho, revoltado contra ele” (*Sá de Miranda - Poesias escolhidas*, Lisboa, Seara Nova, 1970, 5ª ed., p. 52 em nota)

30. M. RODRIGUES LAPA (*Op. cit.* em nota 27), p. 93.

31. *Cfr.* *Menina y moza*. Ed. de A. GALLEGO MORELL y J.M. CARRASCO, Madrid, Cátedra, 1992, pp. 35-36. Contudo, as alusões são demasiado vagas como para ser possível “rastrear en *Menina e Moça* recuerdos directos de las viejas cantigas” (p. 34), embora nas “composiciones engastadas en el texto de la novela” (*ibid.*) a atmosfera trovadoresca seja amiúde indiscutível. Recentemente Helder Macedo, editando e comentando poemas anónimos, “mas estilística e tematicamente compatíveis com os de Bernardim Ribeiro”, qualifica um deles (o nº VII) como “Uma belíssima e surpreendente Cantiga de Amigo em que a mais pura tradição medieval é assumida e modulada ao gosto quinhentista” (“Sá de Miranda, Bernardim Ribeiro e a escola bernardiniana”, in: *Estudos Portugueses. Homenagem a Luciana Stegagno Picchio*. Lisboa, Difel, Lda., 1991, pp. 625 e 621, respectivamente. Outros ecos do trovadorismo em Gil Vicente e no próprio Luís de Camões. Para o primeiro, numa perspectiva crítica, *cfr.*, v. gr., ASENSIO, E., “Gil Vicente y las cantigas paralelísticas “restauradas”. ¿Folklore o poesía original?”, in: *Poética y realidad en el cancionero peninsular de la Edad Media*, Madrid, Gredos, 1957, pp. 133-180. Quanto a Camões, que veremos a seguir, *cfr.* especialmente a nota 38.

32. “Era António Ferreira, em matéria de língua, um nacionalista ferrenho, intransigente. Não escreveu, remando contra a maré, um único verso em castelhano” (Luís de CAMÕES. *Líricas*. Selecção, prefácio e notas de Rodrigues Lapa. Clássicos do Estudante, Lisboa, Sá da Costa, 1976, 6ª ed., p. 11).

Este foi paz de reis e amor das gentes,
 Grande Dinis, rei nunca assaz louvado.
 Outros foram nũa só cousa excelentes,
 Este com todas nobreceu seu Estado.
 Regeu, edificou, lavrou, venceu,
 Honrou as Musas, poetou e leu³³

Agora sim, a referência à actividade poética e intelectual do rei é inequívoca: “Honrou as Musas, *poetou* e leu”, chave de ouro para uma composição redonda. Do ponto de vista do conteúdo é de notar, ainda, a visão abrangente da personalidade e actividade reais, tirada decerto da familiaridade com as crónicas ou os textos que lhe dizem respeito. Contudo, o mais significativo é o conhecimento expresso por António Ferreira de D. Denis ter poetado, notícia ausente, como temos visto, da tradição historiográfica até então. Se no séc. XVI for algo assente nos circuitos cultos a existência de uma poesia medieval de que D. Denis foi cultor, porque falta esta informação nos poetas contemporâneos de A. Ferreira? Agora é impossível aduzir que, na óptica dos humanistas, o exercício da poesia seja algo despreciando, pois o seu pensamento, bem conhecido, é justamente o contrário. Ou acaso se trata do típico menosprezo da poesia medieval por parte dos renascentistas? Se assim fosse, o que não parece, António Ferreira justamente quebraria esta singela apreciação, por ser dos poucos poetas que nunca compuseram em “medida velha”³⁴, se bem que gostasse da *antiga lingua portuguesa*, com a qual estava familiarizado³⁵ e em que era capaz, até, de compor.

Finalmente, exige alguns comentários o retrato de D. Denis que Camões oferece nos *Lusíadas* (1572). Vasco da Gama ao narrar perante o rei de Melinde a história de Portugal (cantos III, IV e V), uma história de feitos e heróis, enfia nela a seguinte evocação de D. Denis:

33. ANTÓNIO FERREIRA. *Poemas Lusitanos*. Notícia histórica e literária, selecção e anotações de F. Costa MARQUES, Coimbra, Atlântida, 1973 (2ª ed.), p. 54.

34. Em geral predomina na literatura portuguesa do séc. XVI (e XVII) um “entronque y continuidad con la literatura medieval”, como, a propósito da espanhola, aponta A. SORIA (“La literatura medieval europea en el siglo XVII”, in: *Actas del Primer Congreso Internacional de Hispanistas*, Oxford, The Dolphin Book Co. Ltda., 1964, p. 447 (-454). A citação de A. Ferreira, todavia, não está decerto tanto na comunhão com a linha poética de D. Denis quanto na apologia dos valores pátrios tradicionais que o monarca encarna.

35. *Op. cit.*, II, pp. 124-125. A. Ferreira elaborou até dois sonetos “na linguagem que se costumava neste reino em tempo del-Rei D. Dinis” (segundo expressão do filho, Miguel Leite), os quais entroncam com o problema da autoria do Amadis. *Cfr. Poemas Lusitanos*. Com prefácio e notas do Prof. MARQUES BRAGA, Lisboa, Livraria Sá da Costa, vol. II (1971, 3ª ed.), p. 95, em rodapé. Os citados sonetos (XXXIII e XXXIV, pp. 95-97) constituem, por assim dizer, o primeiro exemplo de *reescrita* trovadoresca.

Eis depois vem Dinis, que bem parece
 Do bravo Afonso estirpe nobre e dina,
 Com quem a fama grande se escurece
 Da liberalidade Alexandrina.
 Co este o Reino próspero florece
 (Alcançada já a paz áurea divina)
 Em constituições, leis e costumes,
 Na terra já tranquila claros lumes.

Fez primeiro em Coimbra exercitar-se
 O valeroso ofício de Minerva;
 E de Helicon a Musas fez passar-se
 A pisar de Mondego a fértil erva.
 Quanto pode de Atenas desejar-se
 Tudo o soberbo Apolo aqui reserva.
 Aqui as capelas dá tecidas de ouro,
 Do bácaro e do sempre verde louro.

Nobres vilas de novo edificou,
 Fortalezas, castelos mui seguros,
 E quási o Reino todo reformou
 Com edifícios grandes e altos muros;
 Mas depois que a dura Àtropos cortou
 O fio de seus dias já maduros,
 Ficou-lhe o filho pouco obediente,
 Quarto Afonso, mas forte e excelente³⁶.

Uma síntese perfeita de Dom Denis como rei: a preocupação pelas letras, a perspectiva repovoadora, a sua longevidade. Mas nem uma palavra sobre a vocação ou a obra poética do monarca!

Noutro passo do poema, próximo da batalha de Aljubarrota, evoca-se “Dinis e seu filho”, novamente sem qualquer alusão de carácter literário³⁷:

Com quem foram contino sopeados
 Estes, de quem o estais agora vós,
 Por Dinis e seu filho sublimados,
 Senão cos vossos fortes pais e avôs?

36. Canto III, estrofes 96-98, conforme a edição de A. J. da Costa PIMPÃO, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1972, p. 83.

37. Canto IV, estr. 17, vv. 1-4. Segundo *op. cit.* na nota anterior, p. 99.

A nosso ver, e contra a opinião de C. Michaëlis e S. Pellegrini³⁸, a óptica camoniana ignora a faceta criadora dionisina, ou pelo menos a margina, se benevolmente a considerarmos inserida dentro do capítulo da acção cultural do rei. O que parece surpreendente, se não se trata de condicionamentos inerentes ao retrato épico, hipótese que não nos satisfaz³⁹.

Sendo assim, avulta ainda mais, dentro do panorama renascentista, a singularidade do autor da *Castro*⁴⁰, numa óptica coerente de humanista e de nacionalista, empenhado na defesa da língua, orgulhoso distintivo do ser português:

Floresça, fale, cante, ouça-se, e viva
 A portuguesa língua, e já onde for
 Senhora vá de si soberba, e altiva.
 Se téqui esteve baixa, e sem louvor,
 Culpa é dos que à mal exercitaram:
 Esquecimento nosso, e desamor⁴¹.

Se entre os quinhentistas só A. Ferreira, de facto, afirmou a feição de poeta de D. Denis, entre os escritores seiscentistas tal consideração apenas ocorre, e como

38. C. MICHAËLIS (*Op. cit.*, II, p. 124), referindo-se aos quatro primeiros versos da segunda oitava que inserimos, estampa: “Portanto teve alguma noção das poesias dionysias, embora não saibamos até onde chegou”. Deles só se deduz, no entanto, que D. Denis impulsionou a cultura e naturalizou a poesia em Coimbra, não que ele próprio poetasse. S. PELLEGRINI, por sua vez (*Op. cit.* em nota 4), vai mais longe ao assegurar: “a me pare probabile che il Camões abbia conosciuto direttamente l’opera di trovatore del Re” (p. 164, em rodapé), afirmação dificilmente demonstrável, o que não exclui um veio trovadoresco no material sobre que Camões modela a sua obra ímpar, difícil no entanto de concretizar. Para R. BISMUT (“Recherches de vestiges de *cantigas de amigo* dans *Les Lusíades* de Luís de Camões”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, IX, 1975, pp. 555-565), apesar do importante volume de obra em ‘medida velha’, “il semble bien que Camões ait abrité dans les strophes classiques et renaissantes de son poème la plupart des thèmes des *Cantigas de amigo*” (p. 561), concretamente nos “deux épisodes amoureux, celui d’Inês de Castro, et celui de l’Ile des Amours” (*ibid.*), o que, mau grado os seus esforços, nos continua a parecer “hypothèse...fragile” (p. 562).

39. Os *Lusíadas* não se alinha num modelo épico puro, visto admitir, como é notório, intertextos líricos, cavaleirescos, etc. Na evocação dos heróis da história de Portugal, Camões parece ter seleccionado planos líricos para os modelos femininos (D. Maria, Inês de Castro) face a retratos guerreiros masculinos. Em D. Denis, contudo, faz-se exclusão da vertente de poeta e de amoroso, assim como, curiosamente, da de guerreiro, potenciando, em contrapartida, o plano do governante, o retrato do político, acaso para quebrar, na galeria de reis, a linearidade de figuras oferecida.

40. “É costume apontar tres allusões nos versos lyricos dos quinhentistas Miranda, Camões e Ferreira. D’esta parquissima lista talvez convenha riscar o primeiro nome (...). Também o cantor dos *Lusíadas* é citado com bem pouca razão (...). Com o Dr. Antonio FERREIRA o caso é outro” (C. MICHAËLIS, *ibid.*). Note-se uma certa contradição entre estas palavras e as citadas na nota 38.

41. *Poemas Lusitanos* (*cit.* em nota 34), II, p. 48, vv. 3-8. Elogio, defesa e ilustração da língua: eis um dos princípios recorrentes da obra de A. FERREIRA. *Cfr.* a célebre carta “A Pêro de Andrade Caminha” (donde foi extraído o trecho citado), na qual o repreende amigavelmente por levantar a sua obra numa “língua estrangeira” (o castelhana).

rápido apontamento, em D. Francisco Manuel de Melo⁴². Em contrapartida, surge entre diversos eruditos, principalmente historiógrafos, como Pedro de Mariz, Frei Bernardo de Brito, Manuel de Faria e Sousa, Frei Francisco Brandão...e, já no séc. XVIII, Caetano de Sousa ou Barbosa Machado, consoante a análise efectuada por C. Michaëlis na procura de testemunhos de cancioneiros, precedentes, ou independentes, do de Ajuda (ex Colégio dos Nobres). Todos os textos citados pela autora assentam, e constroem-se, sobre uma referência a D. Denis, o que julgamos salientável. A fonte de todos parece, no entanto, não oferecer dúvidas: Duarte Nunes de Leão⁴³. Entre os quatro depoimentos do célebre polígrafo respeitantes a D. Denis seleccionámos o proveniente da sua magna *Origem e Orthographia da Lingua Portuguesa* (1606), por contextualizar melhor o papel, não só literário, de D. Denis:

“Era a língua Portuguesa na saída daquele cativo dos Mouros, mui rude e mui curta e falta de palavras e cousas, por o mísero estado em que a terra estivera, o que lhe conveio tomar de outras gentes, como fez. Pelo que sua meninice foi no tempo de el-rei dom Afonso VI de Castela e no do Conde D. Henrique, até o de el-rei D. Dinis de Portugal, que teve algũa polícia e foi o primeiro que pôs as leis em ordem e mandou fazer compilação delas e compôs muitas cousas em metro à imitação dos Poetas Proençais, como se melhorou a língua castelhana, em tempo de el-rei D. Afonso, o Sábio, seu avô, que mandou escrever a *Crónica Geral de Espanha* e compilar as *Sete Partidas das Leis de Castela*, obra grave e mui honrada, posto que rude nas palavras, como também mandou trasladar muitos autores da língua latina na castelhana. E assim se foram ornando ambas as línguas, portuguesa e castelhana, até à polícia em que agora estão”⁴⁴.

Para além da visão justíssima da situação linguística na Hispânia centro-occidental e da memória de D. Denis como poeta, com mais um acrescentamento – a imitação provençal –, impressiona a perspicaz avaliação do seu papel *policial* no campo da língua, equivalente ao exercido pelo seu avô a respeito do castelhano.

Nas outras referências ao monarca agrega ainda ter sido “grande poeta”, quase o primeiro a compor em português; a sua obra, de “amores”, “cosas profanas” e,

42. Na dedicatória das suas *Obras Métricas* (1665): “Del señor D. Dinis se lee que fue poeta celebre en sus tiempos”. Apud C. MICHAËLIS, *op. cit.*, II, p. 116.

43. C. MICHAËLIS, *op. cit.*, II, pp. 112 e ss. Afirma que “todos repetem apenas, na parte relativa a D. Denis, textualmente, ou condensando-as, ou paraphraseando-as com alguma liberdade, as afirmações do que primeiramente enalteceu, em prosa chan e com conhecimento de causa, os méritos do rei trovador” (p. 117). “Duarte Nunes de Leão é pois o único referente cujos informes merecem exame” (p. 119).

44. *Origem e Orthografia da Lingua Portuguesa*. Introdução, notas e leitura de M.L. Carvalhão BUESCU, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1983, p. 220.

até, “loores dela Virgen Nuestra Señora”⁴⁵. Para mais, é o único em afirmar ter visto, pessoalmente, textos poéticos do rei⁴⁶. Nunes de Leão torna-se, assim, alicerce básico na recuperação da memória de D. Denis como poeta; memória que, após o seu testemunho, pelo menos não desaparecera⁴⁷.

3. POR CAMINHOS DA MODERNIDADE

Para começar, uma apreciação negativa: os românticos por definição medievistas, desaproveitaram D. Denis e o seu reinado como matéria poética ou, mais previsivelmente, romanesca e teatral. As origens da nacionalidade, os amores proibidos de Pedro e Inês, ou a afirmação da independência decorrente de Aljubarrota, constituem as coordenadas cronotópicas mais privilegiadas. Um exemplo frisante é Alexandre Herculano, o qual, mau grado a perfeita sintonia com o mundo medieval, e em concreto a sua relação com o códice da Ajuda, escusou das suas páginas a época trovadoresca propriamente dita⁴⁸.

No século XIX é (re-)descoberta a tradição trovadoresca em Portugal (e com ela o eco de D. Denis), cujos passos C. Michaëlis tem admiravelmente pormenorizado⁴⁹. A divulgação dos Cancioneiros, contudo, deve muitíssimo ao esforço de

45. Eis as três obras restantes em que se contém esta informação: *Hispania Illustrata* (1585), *Genealogia verdadera de los Reyes de Portugal...* (1590) e *Chronica dos Reis de Portugal* (1600) (apud C. MICHAËLIS, *op. cit.*, loc. cit.). Quanto à autoria de versos sacros, a editora do Cancioneiro da Ajuda escreve: “Não seria de admirar, se D. Denis tivesse imitado o avô também como trovador da Virgem (...). Mas igualmente possível é que o cronista e seus sucessores, muito mais vagamente instruídos do que nós, lhe atribuissem por confusão um volume de *Cantares de S. Maria* de Alfonso X, desguarnecido de título”.

46. “segundo vimos per hum Cancioneiro seu que em Roma se achou em tempo del rey D. Joam III, et per outro questá na Torre do Tombo, de louvores da Virgem Nossa Senhora”. A citação (apud C. MICHAËLIS, *op. cit.*, loc. cit.) pertence à *Chronica dos Reis de Portugal* (1600).

47. Mas o seu conhecimento também não aumentará demasiado. Ainda em 1815, a referência a D. Denis por parte do Secretário da Academia das Ciências não ultrapassa o volume de informação gerado por Duarte Nunes de Leão (C. MICHAËLIS, *op. cit.*, II, p. 4).

48. São emotivas as evocações que C. Michaëlis faz do “mestre de todos nós” “como Oliveira Martins e Anthero de Quental costumavam apellidá-lo” (*Op. cit.*, II, p. 18). O autor do *Eurico* “nunca deixou de interessar-se pelos que tomavam sobre si o encargo de publicar o Cancioneiro” (loc. cit.), auxiliando-os generosamente, v. gr., a própria D. Carolina, segundo ela manifesta. Como romancista incorpora textos do Cancioneiro da Ajuda em *O Monge de Cister*, transplantados para a época de D. João I. Elementos trovadorescos existem noutras obras suas (v. gr., em *O Bobo*); contudo, a obra nuclear de Herculano, que mal ultrapassa os meados do século, é exterior à divulgação, e mesmo à notícia, do cancioneiro satírico contido em *V e B*, que o poderia ter seduzido.

49. *Op. cit.*, vol. II, pp. 1-98. A pesquisa abrange um total de 84 trabalhos, aparecidos entre 1818 e 1899, que constituem a “Resenha Bibliographica”. Quanto à recepção da lírica trovadoresca na Galiza do séc. XIX, mas sem se limitar a ela, *cfr.* T. LÓPEZ, *Névoas de antano*. Ecos dos cancioneiros galego-portugueses no século XIX, Santiago, Ed. Laiovento, 1991. A autora tem pronta a sua tese de doutoramento sobre o mesmo assunto, com uma ampliação temporal e conteudística importante (análise o neotrovadorismo) a respeito da publicação citada.

Teófilo Braga, como editor, estudioso e apaixonado, dessa primeira floração lírica⁵⁰. Mesmo na Galiza, através do contacto com o entusiasta polígrafo António de la Iglesia⁵¹. Contudo, T. Braga que, como poeta ele próprio, poderia inaugurar *avant la lettre* o ‘neo-trovadorismo’⁵², parece ter permanecido imune a possíveis influências trovadóricas, numa completa dissociação entre investigação e criação. O séc. XIX, de facto, do ponto de vista da literatura, é surdo aos chamados, mesmo às simples referências, dos poetas medievais, afora algum caso isolado e sem repercussão⁵³.

No séc. XX, e logo nos seus inícios, a situação muda, em parte talvez porque o legado dos Cancioneiros é mais e melhor conhecido nos círculos cultivados. Alguns membros do movimento literário saudosista, movidos porventura pela componente passadista que conleva, foram atraídos pelo passado medieval, com particular destaque para Afonso Lopes Vieira (1878-1947), “nobre arauto e mantenedor do lirismo da alma portuguesa e evocador das suas mais puras manifestações”⁵⁴. Inclinado para o mundo renascentista e medieval, reabilitador ou recuperador do teatro vicentino, tradutor para português, com idênticos intuítos, do Amadis de Gaula de Montalvo, sentiu-se enlevado pelos esquemas e estruturas paralelísticas das Cantigas. Já o livro *Canções do Vento e do Sol* (1911) inclui um capítulo de “Cantigas de Amor”, com o subtítulo aparentemente revelador de “Sobre velhos motivos”. De facto, só três das composições inseridas se situam nitidamente numa linha que, em terminologia galega, se pode denominar

50. Tanto na sua *Antologia Portuguesa* (Porto 1876) como, sobretudo, na sua edição (“crítica”) do *Cancioneiro português da Vaticana* (Lisboa, Imprensa Nacional, 1978).

51. Que mesmo chegou a mandar vir de Lisboa um exemplar da edição de Braga do Cancioneiro da Vaticana (cfr. T. LÓPEZ, *op. cit.*, p. 118). *Vid.* assim mesmo a sua antologia *El idioma gallego. Su antigüedad y vida*, La Coruña, Biblioteca Gallega, 1886, 3 vols., onde insere textos tomados literalmente da edição citada. O cancionero dado a lume pelo professor português deveu ser bastante conhecido nos círculos cultos galegos; o próprio M. Murguía ajudou, de alguma forma, na sua distribuição (cfr. T. LÓPEZ, *op. cit.*, p. 54 em nota).

52. Termo aplicado, como é sabido, por M. Rodrigues Lapa em 1933 à poesia de inspiração cancioneril de Fermim Bouza-Brey, do livro *Nao senlleira*. Reprodução facsimilada da carta na *Obra literaria completa* do autor citado, Santiago, Edicións do Cerne, 1980, p. 47. Quanto a T. Braga, não deixamos de concordar, porém, com a seguinte afirmação de A. do Prado COELHO: “O historiador da literatura, alma fundamentalmente de etnólogo e folclorista, serviu nêlo magnificamente o poeta, como êste serviu aquêlo” (BRAGA, T. Introdução, selecção de textos e notas por -. Lisboa, 1943, p. 34).

53. Com excepção do aproveitamento, em termos de *atmosfera*, por parte de A. HERCULANO (cfr. nota 48), só conhecemos o poema “Desalento”, de João de Deus, incluído em *Campo de Flores* (1893), mas já publicado antes. Baseia-se numa cantiga de Pero Gonçalves de Portocarreiro (V 505, B 918), “que a glossou por forma muito fiel, conservando-lhe a sua antiga simplicidade e ternura de expressão”. Dá a notícia, no jornal galego *A Nosa Terra*, J. J. NUNES (“Un poeta do século XIV interpretado por outro do XIX”, nº 106, 25-11-1919, pp. 7-8), um e outro, jornal e investigador, nao casuais neste terreno.

54. C. MICHAËLIS no prólogo a *O romance de Amadis*. Reconstituição do Amadis de Gaula dos Lobeiras (sec. XIII.XIV). Lisboa, 1922, p. XIII.

‘neotrovadoresca’. As três cantigas, apesar do título duas de “amigo” e uma só de “amor”, caracterizam-se por levar á maneira de motivo ou ‘mote’, como citação que implica em certo modo dedicatória, uns versos trovadorescos, todos eles de D. Denis. Transcrevemo-los literalmente⁵⁵:

— O primeiro poema, com título “Cantiga das flores do monte”, leva o ‘mote’ seguinte: “*Ay frols, ay frols do verde pino, / se sabedes novas do meu amigo! / Ay Deus, e u é?*”

— O segundo, intitulado “Cantiga da lavadeira”, estampa: “*Levantou-s’ a velida, / levantou-s’ alva, / e vai lavar camisas / e no alto. / Vai-las lavar alva*”. É uma estampa matinal de uma formosa lavadeira cuja alvura e cheiro trasmutam identicamente a roupa (a “rupinha”) que lava e logo estende. Bem longe em todo o caso da condensação semântica e concentração simbólica da cantiga do rei-poeta⁵⁶.

A terceira, “Cantiga das tristes queixas”, inclui os seguintes versos de B 566, V 169: “*Nom chegou, madr’ o meu amigo, / e oj’ est’ o prazo saido. / Ay madre, moiro d’ amor!*”

No livro *País Lilás. Desterro Azul* (1922), surge um poema, intitulado significativamente “Flores do verde pinho”, em cujas quadras 2^a e 4^a se repetem, no início das estrofes, os versos dionisíacos “*Ai flores do verde pinho*” e “*Ai flores do verde ramo*”, respectivamente⁵⁷.

Noutro poema do mesmo livro surge D. Denis, agora como personagem, em companhia de Isabel, sua santa esposa, figura que retomou noutra ocasião⁵⁸. Reproduzimos a amável composição, espécie de compromisso entre o amor profano e o amor sacro. Leva como título “Paraísos”:

El-Rei Dom Denis amava
as louçanas, as fremosas;

55. Lisboa, Ed. Ulmeiro, 1983, pp. 45-52 (Reprodução do original de 1911).

56. Cfr. Helder MACEDO: “Uma cantiga de Dom Dinis”, in: *Do cancionero de amigo*. Lisboa, Assírio & Alvim, 1976, pp. 49-60.

57. *País Lilás. Desterro Azul*. Lisboa, Sociedade Editora Portugal-Brasil Ltda., 1922, pp. 43-44. Estes versos de D. Denis puderam ter sido transliterados da selecta de J. Leite de VASCONCELOS, *Textos arcaicos*. Lisboa, Livraria Clássica Ed., 1959, 4^a ed., p. 32. Primeiramente na Revista Lusitana (VIII, 1903-1905) e a seguir, 2^a ed., como texto independente, Lisboa, 1908. Note-se a diferença a respeito dos mesmos versos inseridos no livro de 1911, cuja fonte directa não conseguimos isolar. Não remetem para a *Antologia Portuguesa* (1876) ou para a edição do Cancioneiro da Vaticana, de T. BRAGA (1878), nem para a edição monografica de H. LANG (1894), ou a *Crestomatia arcaica* de J. J. NUNES (1906), entre otros.

58. *Op. cit.*, pp. 31-33, e 73-74 respectivamente. O tema desta última composição (“Tentação de Santa Isabel”) é similar ao da poesia que estampamos. A Santa é tentada por um demónio “disfarçado em roussinol” que lhe dá conta dos devaneios extra-conjugais d’el-rei. Na oposição entre espírito e carne, precisamente, centrava-se o “conto de primavera” *Dinis e Isabel* (1919), de António Patrício.

Isabel com mãos piedosas
bastardos del-rei criava.

Aldonsa, Grácia, Marinha...
Muito amava o trovador!
Entanto a Santa Rainha
amava só o Senhor.

A Deus rezava Isabel
sempre com piedade nova;
e Denis em cada trova
acariciava uma pele.

Mas Deus, que é justo e piedoso,
o amor dos dois entendeu:
à Rainha deu-lhe o céu
e deu outro ao amoroso.

Isabel, no Paraíso,
cria bastardos anjinhos
e com maternos carinhos
envolve-os no seu sorriso.

No terceto o trovador
brilha na imortalidade,
embora sinta a saudade
do seu mundanal amor.

E ambos estão na luz
imortal, na luz radiante:
ela no céu de Jesus,
êle no poema de Dante⁵⁹

Julgamos serem suficientes os exemplos oferecidos para patentear a sintonia de Afonso Lopes Vieira com a figura de D. Denis, assim como a centralidade, embora não exclusividade, dos ecos dionisinos nos poemas de referente medieval. E a sua importância. Ao supor a passagem da mera evocação da *memória* ao

59. O último verso remete para a citação de Dante, *Il Paradiso* (“E quel di Portogallo...”) com que abre a composição.

aproveitamento dos *textos* do rei. A nota trovadoresca –simples citação por vezes à maneira de *mote*– pode ser total ou parcialmente exterior ao poema que se constrói. O que se integra no universo poético é um motivo (v. gr., o emblemático de “as flores do verde pinho”), um recurso formal (ligado de regra à poética do paralelismo) ou um caracterizador linguístico a traduzir determinada atmosfera. E se bem não apresente continuidade ou sistematicidade, nem talvez intenção de abrir uma nova linha (não digamos escola) poética, o volume das suas ‘práticas’ trovadorescas fazem dele, em Portugal, o primeiro e mais significativo cultor de um certo ‘neotrovadorismo’, não equiparável, contudo, ao desenvolvido na Galiza, embora não desprezável. Para além do papel de divulgador da poesia cancioneril, não restrito, seguramente, ao Sul do Minho⁶⁰.

Outro poeta, também tradicionalista, António Correia de Oliveira (1879-1960), coloca D. Denis no início de um veio que atinge a sua plenitude ‘fluvial’ em Camões:

Enfim! Cantei, como pude
Ondas da língua feliz:
Gôta de agua em Dom Diniz;
Em Camões, de açude a açude,
Rio que foi onde quiz⁶¹

Finalmente, Fernando Pessoa (1888-1935). Como já víamos na epígrafe introdutória, em *Mensagem* (1934), na re-visão dos heróis –reais e lendários– que conformam o ser histórico de Portugal, Fernando Pessoa visa a um D. Denis completo, na sua dupla qualidade de rei e de poeta. Trata-se do sexto poema do parágrafo II (“Os Castelos”) da Primeira Parte da obra, poema que leva a data de 09-02-1934. Reproduzamo-lo agora inteiramente:

60. A. LOPES VIEIRA mantinha relações com o galeguismo militante de pré-guerra, aglutinado em torno da revista *Nós* e o jornal *A Nosa Terra*, testemunhos do, na altura, crescente intercâmbio galego-português. No nº 30 (de 10-9-1917) deste último reproduz o poema “A Galiza. *A modo de velho cantar*” (itálico nosso: utiliza paralelismo e *refram*), que tinha aparecido em *O Século* de Lisboa. Por sua parte, V(icente) R(isco), teórico do nacionalismo e lusófilo convicto (“O ‘Marano’ de Teixeira de Pascoaes”, *Nós*, 5, 24-6-1921, p. 2) aponta Lopes Vieira como o primeiro em expressar o sentimento de comunhão luso-galaico originado pelo espírito vivificador da saudade (“a y-alma de Portugal tén saudades da Galiza, e a y-alma galega sinte saudades de Portugal”). Teixeira de Pascoais é saudado pelos homens de *Nós* como “grande e amado Mestre”, “Mestre hai tanto tempo querido” (*Nós*, 1, 30-10-1920, p. 18; 2, 30-11-1920, p. 8). Quanto a relações pessoais, *cf.*, para o caso que nos interessa, A. RODRIGUES BAPTISTA, “Galiza em Portugal. A correspondência de Alvaro Cebreiro para Afonso Lopes Vieira”, *Agália*, 8, Inverno de 1986, pp. 471-475.

61. A. CORRÊA D’OLIVEIRA, *Na Hora Incerta ou A Nossa Pátria*. Livro 5º: A fala que Deus deu. Porto, 1921, p. 44.

“Na noite escreve um seu Cantar de Amigo
 O plantador de naus a haver,
 E houve⁶² um silêncio múrmuro consigo:
 É o rumor dos pinhais que, como um trigo
 De Império, ondulam sem se poder ver.

Arroio, esse cantar, jovem e puro,
 Busca o oceano por achar;
 E a falla dos pinhaes, marulho obscuro,
 É o som presente d’esse mar futuro,
 É a voz da terra anciando pelo mar”.

António Cirurgião, no seu comentário-exegese da *Mensagem*⁶³, sublinha, para além de considerar que D. Denis “é como que por antonomásia o introdutor do tema do mar na poesia portuguesa” –o que, com os textos que conhecemos, não se justifica⁶⁴–, “a beleza encantatória” desta segunda estância, que “Salpicada de metáforas, traduz à perfeição a realidade patente e a realidade latente”:

“Visto no seu conjunto, este poema, composto em honra do santo fundador da poesia portuguesa, e do precursor inconsciente da epopeia marítima de Portugal, no seu dúplice aspecto de feito e de celebração litúrgica e mimética, é um milagre de coerência total, de harmonia perfeita entre significante e significado, entre enunciação e enunciado, entre sentido patente e sentido latente.

Ao celebrar D. Dinis como fazedor de cantigas de amigo, o poeta, a fim de melhor pôr em realce a letra e o espírito que unem o celebrando e o celebrante, fá-lo numa poesia em que são palpáveis as semelhanças com uma das características fundamentais dessas cantigas: o paralelismo temático, sugerido pelo canto dos pinhais e do mar, e o paralelismo linguístico e retórico, sugerido pelas recorrências léxicas e semânticas: “Cantar” e “cantar”, “mar” r “mar”; “rumor” e “fala”; “som” e “voz”; “o rumor dos pinhais” e “a fala dos pinhaes””

A longa, porém necessária, citação parece vir a colocar o poema, e com ele o seu autor, num certo fio sequencial de teor trovadoresco, o que se nos afigura de

62. Seria também possível interpretar esta forma como *ouve*, do verbo *ouvir*, como querem alguns, acaso mais adequada à estrutura sintáctica e semântica do poema.

63. *O “olhar esfíntico” da Mensagem de Pessoa*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1990. As glosas ao poema “D. Diniz” a páginas 79 a 82.

64. De facto o cancionero de D. Denis só inclui uma cantiga (a nº XCIII da ed. de LANG, *cf.* nota 1) em que o “alto” constitui o cenário da mesma. Para Ernesto Guerra da Cal “Glosas superficiais ao tema do mar da nosa lírica primitiva”, in: *Homaxe a Ramón Otero Pedrayo*, Vigo, Galaxia, 1957, pp. 145-172), são três os principais cantores do mar nos Cancioneiros: Paai Gomez Charinho, Joam Zorro e Martim Codax (p. 147).

todo exagerado. Pessoa, que podia ter eleito outro poeta, mesmo mais antigo⁶⁵, para celebrar as origens, consagra com a sua escolha a predilecção de Afonso Lopes Vieira por D. Denis, como símbolo trovadoresco por antonomásia. Uma eleição da máxima justiça, pois, para além de ser um dos mais fiéis cultores dessa poesia, D. Denis foi, assim mesmo, expoente da sua permanência na memória dos homens, e acaso salvaguarda da própria transmissão textual.

Pomos ponto final a esta viagem na literatura portuguesa, não porque a figura de D. Denis não tenha continuado a gerar adesões, mas porque a vulgarização dos textos trovadorescos conseguiu originar uma maior oferta de autores, secularmente na sombra ou na penumbra do régio trovador⁶⁶. Neste sentido, podemos propor que o poema pessoano, um dos mais recentes de *Mensagem* (1934), encerra um ciclo e abre simbolicamente outro: o do conhecimento pleno do lirismo inaugural galego-português.

4. A INDIVIDUAÇÃO GALEGA E BRASILEIRA

Quando no título do trabalho se falava em “literatura posterior” apontávamos basilamente à portuguesa, mas também, de forma imprecisa, às surgidas da mesma raiz, co-oficiantes linguisticamente, a galega e a brasileira (junto de outras, na actualidade).

Na primeira, onde frutificou o movimento chamado neo-trovadorismo, não por causa de “unha sensibilidade literaria distinta á portuguesa ou á brasileira”, em palavras que subscrevemos de X. Alonso Montero, mas por uma configuração histórico-cultural diversa, os poetas medievais predilectos foram, e continuam a

65. V. gr., D. Sancho I (autor de *B 456?*), ou Joam Zorro, ou Joam de Lobeira, nenhum deles, contudo, com a capacidade de simbolização de D. Denis. Nem se prestava o autor dos *Lusíadas*, além de tardio, obstáculo para o supra-Camões. O Lírico, “Patriarca / dos Poetas portugueses” (A. CORRÊA D’OLIVEIRA, *cit.* em nota 61, p. 36), não figura, simplesmente, na *Mensagem*.

66. Esta vulgarização (dentro de certos limites) não nos parece alheia à publicação das diversas antologias trovadorescas, muito principalmente à antologias genéricas de J. J. NUNES, de *amigo* (Coimbra, 1926-28) e de *amor* (Coimbra 1932), ideia que, mesmo para a Galiza, compartilha Pilar CASTRO (*Antoloxía da poesía neotrabadoresca*, Vigo, Galaxia, 1993, p. 11).

Para outros autores em que ecoa o nome e/ou a obra de D. Denis, *vid.* a tese de doutoramento de William Myron Davis (*Neo-troubadourism in Galicia, Portugal and Brazil*. New York University, February, 1969), onde são citados Afonso Duarte, José Gomes Ferreira, Campos de Figueiredo, Carlos de Oliveira, David Mourão-Ferreira, etc., entre os portugueses, aos quais podemos acrescentar, v. gr., Jorge de Sena, ou, no campo romanescos, José Saramago. *Vid.* também o trabalho de Manuel Simões, “A projecção das ‘cantigas de amigo’ na novíssima poesia portuguesa”, in: *Annali de Ca’Foscari*, XIV (1975), pp. 173-189.

ser, Martim Codax e Meendinho⁶⁷, embora não faltem referências a Charinho, Meogo etc. Entre os autores portugueses, menos solicitados acaso por questões de nacionalidade, D. Denis tem, como outros, um lugar, v. gr., em *Cantiga nova que se chama riveira* (1933), de Alvaro Cunqueiro, autor que, juntamente com Fermim Bouza Brey, constitui a base do neotrovadorismo na Galiza⁶⁸. Movimento a que já aludimos, doravante sempre presente nas letras galegas.

Na literatura brasileira, pelo contrário, D. Denis usufrui da preferência da maioria. Na única figura em que avulta o legado trovadoresco, dentro do primeiro terço do séc. XX, Martins Fontes, o “sinfonista das grandes orquestrações do idioma”⁶⁹, e no seu livro *Rosicler* (1928), introduz D. Denis como motivo de inspiração e como símbolo de toda uma época. Altamente significativo parecemos o poema “Planh por el Rey Dom Denis”, do citado livro, que leva como subtítulo uma menção ao jogral que carpiu, pelo menos poeticamente, a morte do rei:

PLANH POR EL REY DOM DENIS

Joham, jogral, morador em Leon

Cancioneiro, 708

Os mil trobadores, que trobam de amor,

—Gran dó e gran coita deviam haver—

Por terem perdido seu Rey Trobador,

Que acaba, trobando, de agora morrer.

Cantares d’Amigo, Mansobres, Canções,

Donaires, Rimances do Grande Amadis!

67. Cfr. X. ALONSO MONTERO: “Fortuna literaria de Meendiño” (in: *Estudos Portugueses. Homenagem a Luciana Stegagno Picchio*, Lisboa, Difel, 1991, pp. 85-109), p. 101 e 93, respectivamente. Igualmente, para a preponderância dos dois jograis entre os ‘neotrovadores’ galegos, cfr. P. Castro, *op.cit.*, pp. 53-62.

68. Repete o *refram* de D. Denis (*Alva e vai liero*) como tal estribilho, mas ligeiramente modificado: “Alba é, vai liero”. Cfr. *Obra Completa en Galego*. I. Vigo, Ed. Galaxia, 1980, (pp. 38-70), p. 64. Também algum poema de F. Bouza-Brey (“Godalho choutador”, in *op. cit.* em nota 52, p. 118) aponta a uma possível intertextualidade com D. Denis (*V 172, B 569*), mas não só.

Por sua vez, o poeta catalão Carles Riba, que pertence à literatura galega “alófona”, na expressão de X. Alonso Montero, por uns “cantares d’amor” e “d’amigo” que escreveu em 1911 (sem qualquer repercussão no desenvolvimento do neo-trovadorismo na Galiza), insere nos seus versos o motivo temático dos pinheiros (mais: a textualidade “verdes pinos”) e o das flores, que remetem para a poesia de D. Denis, entre outros. *Vid.* X. ALONSO MONTERO (ed.): *Carles Riba e Galicia*. Vigo., Galaxia, 1993, com diversos trabalhos sobre o tema. Quanto ao neotrovadorismo na literatura galega, falta ainda um trabalho específico, integrador e abrangente sobre este(s) movimento(s) mais complexo(s) do que parece a simples vista. Remetemos, contudo, para as notas 49, 52, 60 e 66.

69. BRENO FERRAZ, apud Wilson Martins, *A Literatura Brasileira*. Vol. VI: *O Modernismo*, São Paulo, Ed. Cultrix, 1973 (4ª ed.), p. 59.

É morto o Troveiro das velhas Tenções!
Em planh vo-lo eu conto: morreu Dom Denis!

Garridas, louçanas, fermosas, chorai!
—Oriana, Genevra, Guimar, Brancafrôl!
Em prantos e rimas soltai vosso guay:
É morto o Troveiro do tempo da frôl!

— “Amigos, Amigos, eu morro de Amor” —
—Ay, flores! Ay, flores! dos pinos gentis” —
Assim celebrastes a Terra Gensor!
Assim vós trováveis, El Rey Dom Denis!

Os metros galantes dos bons provençais,
—Balleta, Descordo, Rondel, Sirventês—
Embora digades que sao sem rivais,
Melhor os fazerdes em bom português!

Devemos, carpindo, fazer o louvor
Do Pai piadoso do meu Portugal,
Cantando as soidades do Dom Lavrador,
De quem ninguém pode dizer nenhum mal.

Aquele que troba, sabendo trovar,
Aquele que troba, sabendo o que diz,
A planh tõe agora, pranteie o Sem-Par,
De todolos homens, —El Rey Dom Denis!⁷⁰

O poema é muito mais do que uma *reecrita* do pranto pela desapareição do poeta, o rei, o homem, enfim, “o Pai piadoso do meu Portugal”. É o “louvor, carpindo” (v. 21), de toda uma época! *Florebat olim*. Poema-resumo quanto aos conteúdos evocados, também o é, de facto, do ponto de vista das abundantes formas de reposição medievalizante utilizadas (afinal diversas formas de intertextualidade, em sentido lato).

Não é o nosso objectivo prolongar esta análise na poesia filo-medievista, neotrovadórica, de Martim Fontes, nem de outros poetas brasileiros, fundamentalmente pós-modernistas, ao não desejarmos ultrapassar o limite dos anos trinta,

70. *Poesias*. Quinto Volume das Poesias Completas de Martins Fontes. Santos 1928, p. 261.

prévios a uma divulgação generalizada dos Cancioneiros. Não queremos, contudo, silenciar o caso de Manuel Bandeira com um “Cantar de Amor” absolutamente medievalizante e referido a D. Denis⁷¹, ou os exemplos de Guilherme de Almeida, muito especialmente, Paulo Bonfim, Mário da Silva Brito, Neil Leandro de Castro...⁷².

Em Portugal a atenção a D. Denis, alimentada no passado por António Ferreira, Duarte Nunes de Leão e Afonso Lopes Vieira, entre outros, mantém-se viva. Em Portugal, mas também no Brasil e na Galiza, o rei-trovador continua activo na consciência dos poetas, e a sua obra, convite permanente na procura das raízes, arvora-se em privilegiado espaço simbolizador da literatura dos Cancioneiros.

José Luis RODRÍGUEZ
Universidade de Santiago

71. O pré-texto dionisino: “Quer’eu en maneyra de proença / Fazer agora hum cantar d’amor”. A primeira das três estrofes: “Mha senhor, com’oje dia son, / Atan cuitad’ e sen cor assi! / E par Deus non sei que farei i, / Ca non dormho á mui gran sazón. / Mha senhor, ai meu lum’e meu ben, / Meu coraçón non sei o que ten”. Escrito entre 1938 e 1940, data de publicação do livro *Lira dos Cinquent’Anos*, em que figura. A seu respeito confessa o Autor: “Me sinto com a cara no chão, mas a verdade precisa ser dita ao menos uma vez: ao (*sic*) 52 anos eu ignorava a admirável forma lírica da canção paralelística (...). O “Cantar de Amor” foi fruto de meses de leitura dos cancioneiros. Li tanto e tão seguidamente aquelas deliciosas cantigas, que fiquei com a cabeça cheia de “velidas” e “mha senhor” e “nula ren”; sonhava com as ondas do mar de Vigo e com romarias a San Servando. O único jeito de me livrar da obsessão era fazer uma cantiga (a obsessão era sintoma de poema em estado larvar). Escrevi o “Cantar de Amor” no vão propósito de fazer um poema cem por cento trecentista. E para ficar seguro de não ter cometido nenhum anacronismo, submeti os versos à crítica de Sousa da Silveira. A juízo do meu amigo, não havia anacronismo na linguagem; havia-o, sim, no sentimento”. (Itinerário de Pasárgada, in *Poesia completa e prosa*, Rio de Janeiro, Ed. Nova Aguilar, 1990, p. 91). Outro poema de inspiração, mas não de ‘língua’, trecentista é o intitulado “Cossante”. *Cfr.* sobre ambos Maria da Conceição VILHENA, “As duas *Cantigas Medievais* de Manuel Bandeira”, in: M. BANDEIRA, *Aluísio de Azevedo, Graciliano Ramos, Ariano Suassuna*. Publications du Centre de Recherches Latino-Americaines de l’Université de Poitiers, 1974, pp. 79-96.

72. Autores que, v. gr., cita W. MYRON DAVIS, *op. cit.*, pp. 64 e ss. Em contrapartida não inclui na onda de influência dionisina Martins Fontes nem M. Bandeira. *Cfr.* também, para outros influxos, medievais e renascentistas, N. Novaes COELHO: “A poesia brasileira contemporânea e suas raízes portuguesas”, in: *Cadernos de Literatura*, 8, 1981, pp. 19-26.